



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
Rogério Sottili, na 4ª Conferência Latinoamericana de Futebol e
Desenvolvimento**

(4/12/13, às 15h, no Centro Cultural São Paulo)

Boa tarde a todas e todos,

É uma grande satisfação participar desta 4ª Conferência de Futebol e Desenvolvimento, organizada pelo Movimento Fútbol Callejero, para tratar do esporte favorito dos brasileiros como um agente de desenvolvimento social e uma prática de direitos humanos.

Agradeço o convite da Ação Educativa, cumprimento meus companheiros de mesa, a vice-prefeita Nádia Campeão, Fabian Ferraro, Ana Moser, Juca Kfouré, Sergio Haddad e em nome deles saúdo todos os presentes.

O futebol é um dos esportes mais populares e mobiliza pessoas do mundo todo em eventos grandiosos, que envolvem enormes quantidades de dinheiro. E por que não pode mobilizar para a transformação social?

A metodologia do Futebol Callejero (ou de Rua) mostra que o futebol pode ter outra cara, a cara do diálogo, da mediação de conflitos e da garantia dos direitos humanos.

Fico muito feliz de estarmos próximos deste trabalho, pois a iniciativa é democrática, solidária, respeita as diversidades, as diferenças e mobiliza a todos. É uma oportunidade para discutir os padrões dos grandes eventos, como em relação às mulheres e negros, por exemplo. Aqui estão todos convidados a assistir aos jogos, sem barreiras sociais que impedem o acesso.

No futebol de rua, homens e mulheres jogam juntos, decidem as regras juntos, e, por isso, não há juiz, e sim um mediador, que conversa com todos para avaliarem se as regras estão sendo cumpridas. Quem estiver passando pode assistir ou jogar, a partida pode acontecer na frente de casa, e o diálogo é tão essencial quanto a bola para a diversão de todos.

O futebol tem um grande potencial transformador. Acredito muito que a arte, a cultura e o esporte ajudam a fortalecer a cultura de direitos em contraposição à cultura de violações que naturaliza a discriminação e a violência. A convivência pacífica nas cidades passa pela capacidade de vivermos juntos com os diferentes, reconhecer o outro como sujeito de direitos, assim como a si mesmo.

Essa iniciativa tem tudo a ver com o que apostamos como ferramenta de promoção de direitos humanos na cidade. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania tem trabalhado com a perspectiva de ocupação dos espaços públicos pela cidadania. Queremos espalhar a cultura dos direitos humanos por toda a Cidade. Isso passa por fortalecer os diversos espaços simbólicos, dialogar com a cultura de rua, fortalecer as ações que já se multiplicam espontaneamente pelos coletivos, construir espaços de lazer e de convivência. Enfim, nos relacionarmos com a Cidade, nos aproximarmos das pessoas, superando o medo e o recolhimento aos nossos espaços privados, por um lado, e, de outro, revertendo a tendência de privatização dos espaços públicos.

Iniciativas como a que prestigiamos hoje têm um enorme potencial transformador. Ainda bem que podemos contar com ações assim. Porque é verdade que estamos avançando na garantia de direitos humanos em São Paulo e no Brasil, mas ainda há muito o que fazer. Vivemos em uma cidade onde a violência e a mortalidade dos jovens, na contramão das tendências nacionais para o total da população, é crescente, tem endereço e tem cor. O homicídio é a principal causa externa de morte entre os jovens paulistanos e tem um evidente recorte étnico-racial: a maioria dos jovens vítimas de homicídios são homens, pretos ou pardos e moram nas periferias.

Estamos dando os primeiros passos para mudar essa realidade, mas apenas muito trabalho conjunto conseguirá dar respostas a essa situação. Lançamos em outubro o Plano Juventude Viva no Município. Esse plano foi construído no governo federal e prevê o aporte de uma série de serviços e equipamentos de garantia de direitos nos territórios mais vulneráveis, com vistas à prevenção da violência contra a juventude negra.

Paralelo a isso, precisamos discutir a fundo a questão da violência institucional. São séculos de cultura de violência pelas forças do Estado que permanecem até hoje. A prática de reprimir com violência as revoltas populares que ocorreram na história do Brasil se replica agora nas manifestações sociais. O período da ditadura militar recrudescer a prática violenta com naturalidade e, mais uma vez, não enfrentamos adequadamente o processo de curar as feridas. Amarildos ainda somem e Douglas ainda morrem pelas mãos do Estado.

Em tempos de Comissão Nacional da Verdade e da recente instituição do Mecanismo Preventivo Nacional contra a Tortura, podemos ter importantes instrumentos para avançarmos. Precisamos de mais. Entre outras coisas, é essencial a aprovação do projeto de lei que muda as regras de investigação dos autos de resistência (ou resistência seguida de morte), para que a impunidade não abra as portas da violência.

Devemos trabalhar com a aproximação dos conceitos de segurança pública e de direitos humanos. Na verdade, não há segurança pública sem direitos humanos, e a falsidade da polarização apenas serve àqueles que não compartilham dos princípios de um estado democrático de direito. Os direitos humanos podem, e devem, servir de elemento positivo no desenvolvimento de políticas de segurança eficazes e respeitadoras dos direitos dos cidadãos, de todos os cidadãos e cidadãs.

No âmbito municipal temos trabalhado com o desenvolvimento da cultura institucional da Guarda Civil Metropolitana, com ações de sensibilização, formação em direitos humanos e mediação pacífica de conflitos. Não pode mais jogar água ou enxotar a população em situação de rua, discriminar a população LGBT ou ser violento com as pessoas.

A metodologia Callejero já está nos ajudando nessa missão! Em parceria com a Ação Educativa, estamos organizando uma partida de futebol entre os guardas civis metropolitanos e a população em situação de rua. É uma oportunidade importante para que esses dois grupos dialoguem mais e usem a conversa para resolver os conflitos.

Essa atividade faz parte do primeiro Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas, que a Secretaria vai realizar a partir do próximo sábado, como uma das iniciativas de espalhar a cultura de direitos humanos pela Cidade. O Festival ocorre na semana do dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, e tem uma série de atividades.

Então, é muito feliz o lançamento do Mundial de Futebol de Rua às vésperas dessa semana, com o tema dos direitos humanos. Dialogando com o caldeirão de cultura de direitos humanos por todos os cantos que devemos fomentar.

O futebol é uma linguagem que todos conhecem, é uma ótima ferramenta para que se discuta com as crianças, adolescentes e jovens qual cultura nós queremos: a cultura dos direitos, em que usamos o diálogo e a mediação de

conflito para resolver os problemas, ou a cultura de violações, que naturaliza os preconceitos e a violência.

A São Paulo que queremos é aquela onde todos podem jogar futebol, que o diálogo seja o uniforme dos times e que as pessoas sejam respeitadas independente da sua cor, origem, sexo, idade e condição social.

Forte abraço e obrigado!